



PARECER PRÉVIO Nº 123/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11526/2018.

Apensos: Processo nº 12929/2021, 11667/2018 e 10801/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Francisco Gomes da Silva (Prefeito Municipal).

1- Advogado: Hamilton Vasconcelos Gadelha - OAB/AM 8368, Isaac Luiz Miranda Almas OAB/AM nº 12.199, Diego de Assis Cavalcante OAB/AM nº 9.224, José Raimundo Monteiro da Silva OAB/AM nº 9.490 e Laise Cavalcante Silva – OAB/AM 9329.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4142/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a rejeição** das contas da Prefeitura Municipal de Iranduba, referentes ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Francisco Gomes da Silva**, em virtude das irregularidades não sanadas, conforme fundamentado no presente Relatório/Voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas;

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



PARECER PRÉVIO Nº 123/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 123/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 123/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

2- Processo TCE - AM nº 11526/2018.

Apensos: Processo nº 12929/2021, 11667/2018 e 10801/2018.

3- Assunto: Prestação de Contas Anual.

4- Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba.

5- Exercício: 2017.

6- Responsável: Francisco Gomes da Silva (Ordenador de Despesa).

7- Advogado: Hamilton Vasconcelos Gadelha - OAB/AM 8368, Isaac Luiz Miranda Almas OAB/AM nº 12.199, Diego de Assis Cavalcante OAB/AM nº 9.224, José Raimundo Monteiro da Silva OAB/AM nº 9.490 e Laise Cavalcante Silva – 9329.

8- Unidade Técnica: DICAMI.

9- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4142/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

10- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2017.

Encaminhamento. Determinação. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

11.1. Encaminhar este **PARECER PRÉVIO**, após a sua publicação, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste processo, à **Câmara Municipal de Iranduba**, a fim de que o referido Órgão, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no



ACÓRDÃO Nº 123/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 123/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

11.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo - SECEX que, junto aos setores competentes, adote as medidas necessárias para a autuação de processo autônomo, a fim de apurar a responsabilidade pelas restrições remanescentes relacionadas aos atos de gestão, devidamente elencadas no Relatório/Voto, com o carreamento ao novo processo dos documentos e relatórios que se encontram nos autos;

11.3. Determinar à **SEPLENO** - Secretaria do Tribunal Pleno que, através do setor competente, vinculado à referida Secretaria, cientifique o interessado sobre o teor do Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente *decisum*;

11.4. Arquivar o feito, nos termos regimentais, após o cumprimento integral do decisório.

12- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

15- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral